BOLETIM

Nº 3 OUTUBRO DE 1998

Apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Rei reposto, pesquisa morta



É hora de mostrarmos nossa força conjunta, como na última greve

Mal o presidente FHC atingiu o objetivo maior do seu primeiro mandato - a reeleição -, seu governo, para enfrentar a crise financeira que o capital especulativo provoca em todo o mundo, determinou cortes ainda mais drásticos nos recursos antes destinados à pesquisa pública em todo o país, comprometendo ameaçadoramente a produção de ciência e tecnologia, indispensável ao desenvolvimento nacional. Mais cedo ou mais tarde, para agravar ainda mais a situação pré-falimentar brasileira, o conhecimento tecnológico será adquirido no mercado globalizado, a peso de ouro. O bisturi afiado dos tecnocratas desta vez foi fundo demais, com o congelamento de toda a movimentação de recursos do CNPq. Servidores com viagens já autorizadas terão de devolver os valores referentes às passagens e às diárias. **Página 4**

Editorial

Força para resistir

O início de um semestre letivo é sempre marcado por novidades. Este não começa diferente de tantos outros, mas o novo tem cara de velho.

Será que alguém se lembra de que no início de fevereiro escrevíamos sobre a ameaça do PID e chamávamos os professores para uma assembléia? Nada de novo no ar. Começamos o segundo semestre de 98, quase em 99, com a suspensão do pagamento de bolsas de pesquisa do CNPq, Capes e Fapemig.

A crise, que era mundial, passa a ser local. Temos, a partir da reeleição de FHC, um triste prenúncio daquilo que nos espera: mais cortes, menos recursos para a Universidade - através de modificações no orçamento aprovado em agosto - e a ameaça, na fala do ministro, em favor da cobrança de mensalidades nas universidades federais, a partir de 99, seguida de desmentido do senhor presidente. Tristes tempos presentes. Mas alguém esperava alguma coisa diferente?

Na UFMG, o semestre recomeça com unidades reunidas em torno da elaboração de uma "hierarquia de produtos" para ser apresentada à Reitoria, onde uma comissão definirá a pontuação final a ser atribuída aos docentes da UFMG, para o recebimento de, no máximo, R$ 440,00. A greve, que nos deixou essa GED, é a memória de um tempo de mobilização que deve ser recordado.

A Apubh reinicia o período letivo da mesma maneira que começou fevereiro, colocando os professores em alerta para o que nos aguarda. Se, por um lado, sabíamos que a releição de FHC era uma ameaça para a Universidade, por outro, sabemos que só a mobilização e a ação articulada poderá tornar os efeitos da política econômica menos prejudiciais.

Está na hora de discutirmos a questão da GED não como uma hierarquia de produtos, mas como um instrumento que poderá perpetuar-se, se discutirmos a avaliação da qualidade do trabalho docente apenas pelo seu lado quantitativo. Está na hora de dedicarmos tempo para a redação de artigos para divulgação na imprensa, denunciando uma das mais ousadas tentativas de destruição da universidade pública de que se tem notícia na história deste país. Está na hora de reservarmos um tempinho para a nossa assembléia, de forma a podermos compartilhar experiências individuais e buscar soluções. Urgentes soluções.

Nesses tempos, sabemos, a reunião de forças é a única forma de resistência.

FHC ameaça cobrar média de R$ 333,00 nas federais

Página 2

Andes exige autonomia para definir a pontuação

Página 3

Professores vão discutir a crise em assembléia

Página 2

Assembléia

Assembléia geral dos professores da UFMG, na quarta-feira, dia 28, no Auditório Sônia Viegas (Fafich), a partir das 9h30, vai discutir o grave momento vivido pelas universidades federais, com o corte de 57% de seus recursos, ameaça de cobrança de mensalidades, congelamento de toda a movimentação de recursos para as pesquisas e suspensão de pagamento de bolsas, além das ameaças de privatização. Na pauta, também, a polêmica pontuação para as GEDs, os problemas da carreira de primeiro e segundo graus e a campanha salarial para 98/99.

Estatuto

No dia 1º de outubro, a Apubh realizou assembléia para discussão da proposta de novo estatuto para a UFMG. Nesta, foram apresentados destaques feitos pela assessora jurídica e por membros da diretoria da associação. As questões consideradas mais importantes, pelos presentes, foram aquelas relativas à representação e à eleição de reitor e diretores. Todos os destaques, acompanhados de sua justificativa, encontram-se na *home page* da Apubh. Eles foram apresentados ao reitor da UFMG, que solicitou seu envio à comissão especial que está preparando a versão final do estatuto. Esta deverá ser enviada ao Conselho Universitário, em fins de novembro, de acordo com o prazo estabelecido pelo MEC. O reitor comprometeu-se a divulgar a versão que irá ao Conselho Universitário na *home page* da UFMG, para ampliar o debate na comunidade sobre a implantação da autonomia, onde um novo estatuto é questão central.

Diferença

O Superior Tribunal de Justiça decidiu que os servidores civis da União têm direito ao recebimento de diferença salarial de 3,17%, correspondente a erro na aplicação da variação acumulada do IPCR, entre a emissão do real, em julho de 94, e o mês de dezembro do mesmo ano. Os vencimentos foram corrigidos na época em 22,7%, quando o correto seria 25,94%. Índice, aliás, que foi concedido pelo STJ a seus servidores. A assembléia de quarta-feira decidirá sobre o ingresso da categoria em juízo, em busca da recuperação de mais essa perda.

FHC quer cobrar R$ 333,00 nas universidades federais

Após mais de uma semana em que se sucederam afirmações e desmentidos, tanto do ministro da Educação, Paulo Renato, quanto do presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário-executivo do MEC, Luciano Oliva Patrício, acabou confirmando para o jornal "O Estado de São Paulo" o que não tinha mais como negar: há quase um mês o ministério vem discutindo proposta de cobrança de mensalidades no ensino superior público.

Seria exigido dos cerca de 400 mil alunos um valor médio de R$ 333,00 - revelou o secretário -, o que permitiria ao governo arrecadar R$ 1,6 bilhão por ano. "É o único espaço alternativo para conseguir recursos", disse Patrício. Ele contou que a discussão da proposta foi intensificada após o anúncio de cortes no Orçamento feito pelo Governo, ameaçado por uma crise financeira internacional que pode levar o país à bancarrota.

Segundo o secretário-executivo, apesar da intensificação dos estudos para cobrança de mensalidades na escola superior pública, o MEC em nenhum momento pensou em propor a privatização das universidades federais. "Quem entraria num leilão para comprar uma encrenca dessas?", perguntou, sem qualquer reserva, tornando público o desrespeito da tecnocracia ministerial com a instituição.

Pelos cálculos informais do secretário, 30% dos recursos arrecadados com a implantação das mensalidades se destinariam à concessão de bolsas de estudo ou de crédito educativo na própria instituição de ensino. Mas "ainda não chegou a ser redigido nenhum projeto", ele garantiu na entrevista publicada no último dia 17. "Já era difícil" - explicou - "como alternativa para a expansão do sistema, quanto mais para equilibrar as contas do governo."

No mesmo dia, o MEC divulgou nota oficial para desmentir matéria publicada pelo "Correio Braziliense" na véspera, segundo a qual o ministro Paulo Renato teria dito a parlamentares que enviaria ao Congresso, no próximo ano, a proposta de cobrança de mensalidades. A conversa com os congressistas, entretanto, foi confirmada pelo próprio secretário-executivo do ministério, o que deixa clara a intenção de desinformar e confundir a opinião pública.

O jornal "O Estado de S. Paulo" lembra que em entrevista no primeiro semestre deste ano o ministro Paulo Renato disse que "a cobrança de mensalidades é um assunto que inevitavelmente fará parte da agenda do país nos próximos anos". As dificuldades provocadas pelo capital especulativo internacional precipitaram o ataque frontal à universidade livre e democrática, que certamente não ficará sem resposta da sociedade.

Luta pelos 28,86% continua

Continua a luta da categoria pela extensão a todos os servidores civis federais do reajuste de 28,86%, concedido aos militares em 1993, sem a compensação dos reposicionamentos. Nos dias 29 e 30 de agosto último reuniram-se, em Brasília, os assessores jurídicos das associações de docentes regionais e a Assessoria Jurídica Nacional da Andes-SN, que discutiram a tramitação das ações já impetradas.

Dois novos embargos foram interpostos no Supremo Tribunal Federal, um deles com a colaboração dos assessores da Andes-SN, para anular o julgamento dos embargos de declaração da União, que autorizou o desconto dos reposicionamentos, reduzindo os reajustes dos 11 servidores vitoriosos na Justiça a índices irrisórios, como 0,09%, ou até mesmo nenhuma alteração salarial.

Os procuradores alegam contradições, obscuridade e omissão no processo e acusam a União de induzir os julgadores a erro, configurando nulidade absoluta insanável da decisão, tomada com base em memoriais da União que não foram vistos pela parte contrária, o que ofende o princípio do contraditório e da ampla defesa. Já a ação pelos 28,86%, ajuizada pela Andes-SN, em 1993, não foi apreciada porque a Corte entendeu que houve equívoco quanto ao o pólo passivo (réu). O processo, no momento, permanece paralisado, diante do interesse da própria categoria, até que seja julgada definitivamente a ação dos 11 servidores.

Andes garante autonomia na avaliação

Sem abrir mão do entendimento de que avaliar a produção do professor universitário é um enorme e complexo desafio, diante das peculiaridades verificadas em cada unidade e da múltipla realidade das universidades públicas no País, a Andes-SN garantiu, com sua atuação na Comissão Nacional criada pela Lei 9678, de 3 de julho deste ano, a autonomia da instituições federais de ensino superior no processo de registro de atividades acadêmicas para efeito de aplicação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Diz, textualmente, o item 3.2.3 do relatório apresentado em 9 de outubro pela comissão: "A pontuação dos docentes, para fins de cálculo da gratificação de estímulo à docência, será realizada, nos moldes da lei, a partir da avaliação realizada pela comissão institucional de cada IFES, que deverá remetê-la ao dirigente máximo da instituição, para posterior envio à Secretaria de Educação Superior do MEC".

A participação da Andes-SN assegurou também o pagamento de gratificação máxima para os professores que cumprem todas as suas atividades docentes, além de firmar posição para que esse direito seja estendido aos aposentados e aos professores de 1° e 2° graus. O relatório da Comissão Nacional, com as críticas a ele feitas em Reunião do Setor das IFES, em Brasília, foi enviado a toda a base da categoria, para conhecimento e reflexão.

Instâncias

A Comissão Nacional recomenda, em seu relatório, ações de realização imediata e outras com prazos diversos de maturação, em três instâncias. A primeira trata dos critérios e instrumentos de avaliação de desempenho propostos para este ano, mas sugere, inclusive, que para os próximos sejam consideradas outras experiências, nacionais e internacionais.

A segunda instância, de natureza cognitiva e estratégica, contempla ações que se referem ao empenho da instituição na adequação continua de indicadores, critérios e procedimentos próprios de um modelo de avaliação de desempenho que consolide e aprimore a aferição feita em 1998.

A terceira, considerada pela comissão de natureza realimentadora e orientadora, recomenda a imediata organização, pelas comissões de avaliação das instituições federais de ensino superior, de seminários e debates sobre as experiências em andamento no Brasil e no exterior , com apoio de uma comissão de acompanhamento e supervisão a ser criada pelo MEC.

As comissões de avaliação das IFES serão compostas por de cinco a dez docentes – doutores, na preferência da Comissão Nacional -, constituindo-se, pelo menos, de dois quintos de professores externos à instituição, um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente e um representante da equipe responsável pela avaliação institucional ampla da IFES. A avaliação, neste ano, será realizada a partir de relatório proposto pela comissão de avaliação de cada unidade e preenchido pelo docente. A Comissão Nacional deliberou que a não-apresentação do relatório pelo professor implicará sua exclusão do processo de avaliação. A comissão recomenda ainda que, na avaliação das atividades de ensino dos docentes, seja também considerada a manifestação dos alunos, "de maneira organizada e sistemática".

Pressa inexplicável na UFMG

A maneira como a questão da GED vem sendo conduzida na UFMG é muito preocupante. De acordo com professores que procuraram a Apubh, na busca de esclarecimentos sobre essa questão, os departamentos receberam prazo até 31 de outubro para informarem sua produção através do INA. Juntamente, solicitou-se, a cada unidade, a produção de uma "hierarquia de produtos", a ser apresentada à Reitoria até o fim deste mês. Esta seria repassada à comissão local da GED na UFMG, que deliberaria sobre a pontuação a ser atribuída a partir dessas informações.

Apesar da surpresa de todos, a informação repassada aos departamentos atribuía ao MEC a urgência na resolução dessa questão. Unidades como a Fafich realizam assembléias gerais, buscando definir-se com relação à avaliação, outras realizam assembléias departamentais, buscando contribuir para não ficar de fora, e em todas as unidades as congregações estarão se manifestando até 26 de outubro.

Entretanto, a Comissão MEC-Andifes-Andes-SN sobre a GED terminou seus trabalhos, encaminhando, através da Sesu, ofício às IFES, em 9 de outubro. Neste ofício não há prazo estabelecido para que as universidades repassem essa informação ao MEC.

Estranha-se que um assunto delicado como este, sobre o qual a comissão nacional debateu durante três meses para chegar a diretrizes gerais, esteja sendo debatido tão rapidamente na UFMG, buscando-se a definição de parâmetros específicos, acompanhados de sua respectiva pontuação.

A Apubh, assim como a Andes-SN, entende que a questão da avaliação está relacionada com a qualidade. Sabemos, a UFMG é lider tanto na graduação como na pós-graduação, como resultado da política de avaliação implementada pela CPPD há anos. Por isso, preocupa-nos a maneira como a GED vem sendo tratada na UFMG. O intervalo de uma semana, entre o início das aulas e o prazo dado para que as unidades se manifestem sobre essa matéria, é irreal e, por que não, até absurdo, dada a complexidade da matéria. Antes da definição de uma pontuação para a GED, seria necessário debater se a avaliação que fazemos na UFMG atende à universidade que temos hoje. A definição de pontuação, na implementação da GED na UFMG, reforça a avaliação quantitativa, deixando a qualitativa, mais difícil por sua própria natureza, para um outro momento. A UFMG perde a oportunidade de manter a liderança, inclusive na questão da avaliação, ao optar por não dar tempo à comunidade universitária de buscar a construção de parâmetros mais refletidos e qualitativos de avaliação.

Não há como explicar o interesse em resolver a questão da GED na UFMG tão rapidamente, a não ser por uma possível ligação com a questão da autonomia de gestão financeira que a UFMG vem buscando. Mais recursos para o pagamento de professores aumentariam o montante do orçamento global, que será definido tendo como referência os orçamentos de pessoal e de custeio e capital.

CNPq corta verbas e cancela empenhos

Portaria assinada no último dia 19 pelo presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, determina profundos cortes nos recursos destinados à pesquisa científica no País, atribuídos às dificuldades financeiras conjunturais e à conseqüente interrupção do fluxo de verbas para o órgão nos últimos meses.

São as seguintes as resoluções, que atingem drasticamente as atividades dos pesquisadores:

1- Estão suspensos, temporariamente, todos os apoios e concessões de auxílios, individuais e institucionais, implementados ou não, no Sistema Gerencial de Fomento, que ainda não tiveram extratos publicados;

2- Da mesma maneira, ficam suspensos os apoios e concessões de auxílios, individuais e institucionais, do fluxo contínuo, bolsas de formação e de pesquisa, de curta ou longa duração, que não tenham sido implementadas no Sistema Gerencial de Fomento;

3- Estão suspensos também os já implementados no Sigef, mas que ainda não foram empenhados e não iniciaram o fluxo de desembolso. A Coordenação Financeira devolverá as solicitações de empenho e de desembolso de recursos que ainda não tenham sido efetivadas;

4- Estão suspensos todos os contratos, inclusive os provenientes de processo licitatório que ainda não tenham sido firmados e publicados;

5- Da mesma forma estão suspensos todos os convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação, termos aditivos e similares que envolvam repasse de recursos pelo CNPq e que ainda não tenham sido assinados e publicados;

6- Estão canceladas todas as viagens de servidores já autorizadas e ainda não realizadas. Os valores das passagens e das diárias, se já recebidos, deverão ser devolvidos;

7- A partir de agora qualquer viagem deverá ser requerida ao presidente do CNPq, com exposição de motivos que demonstre prejuízos com sua não-realização;

8- Todos os pagamentos dos processos já implementados e em execução serão revistos, com interrupção dos que apresentarem qualquer inadimplência, pendência de documentos, atrasos em prestação de contas, parciais ou totais, ou na entrega de relatórios;

9- Qualquer pagamento só será realizado após análise da diretoria do órgão;

10- Os saldos de empenhos das unidades gestoras serão devolvidos para a UG descentralizadora;

11- Os saldos de empenhos que não atenderem às disposições acima serão cancelados.

Manifesto à Nação

A Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN alerta a comunidade brasileira que o atual corte de subsídios à pesquisa científica anunciado pelo governo federal, através do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, levará a total paralisação da atividade científica e tecnológica no país.

Os professores das Instituições de Ensino Superior são responsáveis por mais de 95% da pesquisa brasileira e vêm acompanhado com muita preocupação as sucessivas políticas de desfinanciamento da pesquisa. Os recursos para investimento em Ciência e Tecnologia têm declinado, ano após ano. Investimentos em infra-estrutura para o trabalho científico e em pessoal também têm sido sistematicamente reduzidos. Esta opção política, pela extinção da atividade científica, é anterior às recentes crises do mercado financeiro internacional e suas conseqüências na economia brasileira. As medidas agora anunciadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, relacionadas à sua total incapacidade de continuidade de financiamento da pesquisa, somando-se às recentes notícias de bloqueio pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC, de 57% da verba de manutenção das Universidades Federais, constituem-se no mais grave momento vivido pela imensa maioria de professores e pesquisadores das nossas universidades. A atividade científica, uma vez paralisada, dificilmente retoma seus patamares anteriores.

A quem interessa que o Brasil não produza conhecimento? Aos brasileiros que dependem de uma nova base científica e tecnológica para alavancar o desenvolvimento de forma autônoma e soberana ou ao mercado internacional de tecnologias e conhecimentos?

A total falta de sensibilidade e entendimento do governo federal em relação à importância da educação e da ciência reflete os desmandos políticos que levaram o país ao FMI.

Conclamamos todos os professores universitários, pesquisadores e a comunidade brasileira a se manifestarem contra a destruição do seu mais precioso patrimônio: sua capacidade de pensar.

Brasília, 21 de outubro de 1998.

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1º VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto

1º SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi

2º SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
Rosângela Carrusca Alvim

1º SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira

2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

DIAGRAMAÇÃO
Nilson Ferreira Freitas

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMT 2216/MG

TIRAGEM: 3.500 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
Bairro São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br